

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia

Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade. Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo que integra a S.P.D.M.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Cons. Fiscal e Assembléia Geral dos Sócios. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no art. 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S. as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2012 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia, elaboradas na forma da legislação vigente. A SPDM, da qual nossa Entidade faz parte, é uma Associação Civil sem fins lucrativos fundada em 26/06/1933 e tem, hoje, como principais objetivos desenvolver atividades assistenciais de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e ambulatória a todas as pessoas que delas necessitam, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou religião; promover ações e prestar serviços de saúde, inclusive ao sistema único de saúde, e assistência social, gratuitamente ou não, de atenção às necessidades da criança, adolescente e da família; desenvolver o ensino e a pesquisa na área das ciências da saúde, apoiando a investigação científica, bem como contribuindo para a qualificação profissional. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde.

Balancos Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31/12 (Em Reais)

	2012	2011		2012	2011
Ativo	5.402.059,25	1.698.646,04	Passivo	5.393.201,37	3.637.224,59
Ativo Circulante	2.090.930,87	1.116.297,23	Passivo Circulante (Nota 4.10)	215.519,87	221.850,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.987.634,35	1.103.972,64	Fornecedores	422.787,15	447.732,63
Caixa (nota 4.1)	1.987.634,35	1.103.972,64	Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica	856.921,10	885.768,35
Bancos Conta Movimento (nota 4.1)	103.296,52	12.124,59	Contribuições a Recolher	204.020,79	221.686,97
Aplicações Financeiras (nota 4.1 e 4.2)	1.987.634,35	1.103.972,64	Provisão de Férias	1.393.140,47	1.444.560,86
Clientes (nota 4.3 e 4.11)	2.620.888,08	-	Provisão de FGTS sobre Férias	111.451,24	115.564,87
Valores em Negociação-Contrato/Convênio	774.962,74	-	Provisão de Despesas c/Qualificações	1.045.925,34	-
Provisão de Desp. Rescisão de Contrato	1.845.925,34	-	Impostos a Recolher	183.418,87	217.098,71
Outros Créditos	275.083,35	205.328,22	Obrigações Tributárias	35.048,95	24.080,14
Adiantamentos a fornecedores	81.013,40	77.663,33	Emprestimo a Funcionário Lei 10.820/03	24.825,42	24.296,65
Antecipações Salariais	1.661,44	2.409,61	Outras Contas a Pagar	96.620,10	31.077,99
Antecipação de Férias	153.380,34	122.778,58	Outros Valores de Terceiros	3.507,07	3.507,07
Outros Créditos e Adiantamentos	1.972,00	2.476,70	Passivo não Circulante	1.678.295,67	1.910.488,00
Depósito judicial	38.056,17	15.445,90	Prov.Despesa Proc. Trabalhista (nota 4.9)	8.857,88	21.020,71
Despesas Pagas Antecipadamente	16.266,21	15.445,90	Obrigações - Bens Móveis de Terceiros	2.668.613,93	2.479.557,07
Prêmios de Seguros e Outros a Vencer	16.266,21	15.445,90	Aj.Vida Útil Econ.-Bens Móveis de Terceiros	(999.176,14)	(590.089,78)
Estoques (nota 4.4)	397.890,74	361.574,69	Total do Passivo	7.071.497,04	5.947.712,59
Ativo não Circulante	1.869.437,79	1.889.467,27	Patrimônio Líquido	(1.199.599,28)	(1.199.599,28)
Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 5)	1.869.437,79	1.889.467,27	Resultado do Exercício Anterior	42.909,88	42.909,88
Bens Móveis	2.668.613,93	2.479.557,05	Resultados de Exercícios Anteriores	- 452.623,64	- 452.623,64
Bens de Terç. - Aj. da Vida Útil Econômica	(999.176,14)	(590.089,78)	Res.no período - Superávit / Déficit (nota 7)	- (2.455.132,91)	- (2.455.132,91)
Total do Ativo	7.071.497,04	3.588.113,31	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.071.497,04	3.588.113,31
Contas de Compensação	24.508.134,96	22.784.276,67	Contas de Compensação	24.508.134,96	22.784.276,67
Operações com Bens/Mercadorias-Terc.	24.508.134,96	22.784.276,67	Oper. Com Bens/Mercadorias-Terceiros	24.508.134,96	22.784.276,67
Mercadorias de Terceiros	21.839.521,03	20.304.719,62	Mercadorias Recebidas	21.839.521,03	20.304.719,62
Bens Recebidos	2.668.613,93	2.479.557,05	Bens recebidos	2.668.613,93	2.479.557,05
Total das Compensações Ativas	24.508.134,96	22.784.276,67	Total das Compensações Passivas	24.508.134,96	22.784.276,67

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)

Descrição	Superávlt / Déficit	2011	Total
Saldo em 31/12/2010	452.023,64	(42.909,88)	495.533,63
Transf. de Patrimônio	-	-	-
Superávlt/Déficit/Do Ex.	-	(2.455.132,91)	(2.455.132,91)
Saldo em 31/12/2011	495.533,63	(2.455.132,91)	(1.959.599,28)
Transf. de Patrimônio	7 (2.455.132,91)	2.455.132,91	-
Aj. de Exerc. Anteriores 4.11	1.959.599,28	-	1.959.599,28
Saldo em 31/12/2012	-	-	-

Notas Explicativas às Dem. Contábeis em 31/12/12 e 11 (Em Reais)

1- Contexto Operacional: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual, municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 07/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A Associação tem como atividade a prestação de serviços de assistência social, regendo-se pelo Convênio com a Secretaria de Est. da Saúde de S. Paulo e pela legislação aplicável. Em novembro de 2005, celebrou convênio de Assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS/SP, tendo por objetivo a implantação, o gerenciamento e a execução das atividades assistenciais desenvolvidas no AME Maria Zélia nas áreas de especialidades médicas, reabilitação, cirurgias, atividades de apoio diagnóstico e terapêutico (SADT) e aprimoramento de seus recursos humanos. 2- **Imunidade Tributária:** A SPDM enquadrar-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, inciso VI alínea "c" e seu parágrafo 4º, do art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. 2.1 - **Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no art. 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Est. Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Est. Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Est. Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Cons. Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Cons. Fiscal (art. 46 I) e da Assembléia Geral dos Associados (art. 19 V do Est. Social). 2.2 - **Isenção Tributária e suas Características.** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o art. 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (sentia), apresentando as seguintes características: I - não procuram seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, diretos ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Cons. Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10

Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Atualmente a SPDM é constituída por hospitais e centros de assistência regularmente constituídos. Conforme Est., a SPDM é administrada pela Assembléia Geral, Cons. Administrativo, Cons. Deliberativo de Gestões Delegadas, Cons. Gestor do Hosp. S. Paulo e Cons. Fiscal. As unidades da SPDM estão distribuídas em 03 Superintendências a do Hosp. S. Paulo, do PAIS (Programa de Atenção Integral à Saúde) e das Instituições Afiliadas. Nossa unidade integra as Instituições afiliadas da qual fazem parte ainda: Hosp. Municipal Vereador José Storópoli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Estadual de Diadema (HED), Hosp. de Clinicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Municipal Dr. José de Carvalho Florença de S. J. dos Campos (HMJCF), Hosp. Municipal Pimentas Bon-suceno de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, o Hosp. Brigadeiro, o Hosp. e Maternidade Dr. Odemir Leão Carneiro de Uberlândia e o Hosp. Nova/Od/ Juruti, o Pronto Socorro Municipal V. Maria Baixa, as Policlínicas/Módulos de Barueri, os Núcleos de Gestão Assistenciais Vár-zea do Carmo que integra a S.P.D.M.

za do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da V. Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de S. J. dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia S. Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria e o AME Mogi de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social, o Centro de Reabilitação Lucy Monteiro de S. J. Campos e a Maternidade Alice Campos Machado do Embu. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar a população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Colocamo-nos à disposição de V. S. para lhes prestar os esclarecimentos eventualmente necessários. S. Paulo, 28/02/2013. **Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr.** - Presidente da SPDM., **Prof. Dr. Nacime Salomão Mansur** - Superintendente das Instituições Afiliadas da SPDM.

VISITE NOSSA LIVRARIA VIRTUAL

www.imprensaoficial.com.br/livraria

Livros: Dicionário de políticas públicas

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 15/05/2013 11:17:00.
 Nº de Série do Certificado: 92595ACB715A4E2998FB7C599AD0B46354A9D3E5
 [Ticket: 17514189] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 4.9 - Contingências: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência está confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que, mas provavelmente não irá, requer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestação de serviços, em 2.012, a SPDM - AME Maria Zélia, acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 989.818,40.

Table with 3 columns: 2012, 2011, Total. Rows for Trabalhistas (8.857,88 / 21.020,71) and Total (8.857,88 / 21.020,71).

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem a possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. 4.10 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 4.11 - Mudança de Política Contábil. A SPDM, visando ao atendimento à Resolução 1.305/10 que aprova a NBC TG 07 referente à Subvenção Governamental e Outras Assistências Governamentais, através de sua administração efetuou a mudança de política contábil prospectiva. Esta mudança refere-se ao reconhecimento de suas receitas ao longo do período...

Table with 4 columns: Descrição, Posição em 31/12/2011, Posição em 31/12/2012, Taxas anuais médias de ajustes. Rows include Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros, Bens Móveis, Equip. Equip. Utens. Med. Odont. Lab., etc.

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09. "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado no plano de longo prazo, para garantir que os desenvolvimentos sejam adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis, para o cálculo da depreciação, exaustão e amortização". 6 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 6.1 - Das Receitas Operacionais: Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão representaram em 2.012, 100% do total das receitas operacionais. 6.2 - Doações: Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2012, a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 0,08, enquanto que em 2011 foi de R\$ 619,79. 6.3 - Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e Outros Tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10). São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Est. social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à:

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente da SPDM
Ata da 15ª Reunião do Cons. Deliberativo de Gestão Delegada: Data, Horário e Local: Ao 22º dia de maio de 2012, às 08h00min, na sala de reuniões localizada no 4º andar do prédio da Rua...
Parecer da Assembléia Geral dos Associados: A Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Cons. Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2012...

do confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica. Esta mudança tem previsão na resolução 1.179/09 (NBC TG 23) - Políticas Contábil, Mudanças de Estimativas e Retificação de erro, onde tem como objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações contábeis de outras entidades. 4.12 - Ajustes de Exercícios Anteriores: Para ajuste de ativos e outras dívidas de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2.012, diversos ajustes diretos na conta de patrimônio. No referido valor encontram-se computados também, outros ajustes para adequar o Patrimônio Líquido das unidades Administradas pela SPDM que receberam recursos Governamentais por força do que determinam as resoluções CFC 1.305/10 (Subvenções e Assistências Governamentais) e a resolução CFC 1.409/12 (Entidades sem finalidade de Lucros), sobre reconhecimento dos valores recebidos no resultado. 4.13 - Apuração do Resultado: O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na NBC TG 07 no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações são reconhecidos no resultado do exercício. Imobilizado: Representado pelos bens destinados à manutenção das atividades e são demonstrados ao custo atribuído (deemed cost), em linha com o CPC 13 e ITG 2002, reduzido pela depreciação e/ou amortização calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota nº.... que levam em consideração o prazo de vida útil dos ativos. Exceto os Intangíveis que estão demonstrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização. Na elaboração das demonstrações financeiras de 2012, a Entidade adotou pela primeira vez as alterações da legislação societária, imposta pela Lei nº. 11.638 de 28/12/2007 e modificações feitas pela Medida Provisória nº. 449/2008, cujo efeito não alcança a esta Instituição que faz jus à Atividade Tributária. Demonstrativo da movimentação de Bens do Imobilizado em 2012.

Table with 4 columns: Descrição, Posição em 31/12/2011, Posição em 31/12/2012, Taxas anuais médias de ajustes. Rows include Imob.-Bens de Terc. Bens Móveis, Equip. Equip. Utens. Med. Odont. Lab., etc.

Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Associação governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os ativos e passivos reconhecidos não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2.012, a Associação recebeu a Assistência Governamental descrita conforme abaixo: Concedente - Referência - Valor: Secretária de Saúde do Est. de S. Paulo - TA nº 012/012 - R\$ 27.810.000,00. 7 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores em virtude da aplicação do que estabelecem as resoluções CFC 1409/12 (item11) e 1305/10 (itens 12 e 15) A que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental, de contribuição para custeio e investimento deve ser em conta específica do passivo, de forma que o resultado seja sempre zero. Conforme apontado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, descrito nas notas explicativas 4.12, 4.13, 7.3, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. Tais ajustes que equilibraram o patrimônio para que o mesmo apresentasse resultado zero na rubrica de resultados de exercícios anteriores foram da ordem de R\$ 1.959.599,28. 8 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 Ms. Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população ca-

rente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os SUS serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Esta unidade produziu para o SUS os seguintes atendimentos, Interações e Distribuição de medicamentos:
Tipo de Atendimento Total
Número de Consultas Ambulatoriais 140.172
SADT Interno 59.877
SADT Externo 17.293
Número de Interações 3.753
Pacientes-dia 3.753
Total de medicamentos distribuídos 33.436.435
Pacientes-dia (Programa Alto Custo) 37.589
Pacientes-dia (Programa Dose Certa) 36.392
Pacientes-dia (Protocolos Administrativos) 49.810
Pac.-dia (Prog. Ent. de medicam. em clin. de terapia renal subst.) 74.517
Pacientes-dia (Programa de entrega de medicamentos em casa) 207.899

Sérgio Silva Ferreira de Andrade - Contador CRC-15P 243.069/O-1
Produção Assistencial
Linhas de Contratação Contratado 2012 Realizado 2012
Interação 5.796 6.857
Hospital-Dia 5.796 6.857
Ambulatorio 146.730 140.112
Urgência/Emergência - -
SADT Externo 14.244 17.293
Total 172.566 171.119
Resultado Contábil Receitas 2012 Despesas 2012
31.841.746,81 31.841.746,81
valho Florence de S. J. dos Campos (HMJCF), Hosp. Mun. Pimentas Bousucesso de Guarulhos (HMBP), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), Hosp. Mun. de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hosp. Brigadeiro (HBRI) e Hosp. e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nova de Abril de Juruti (JURUTU), Maternidade Mun. do Embu (EMBU), o Pronto Socorro Mun. da V. Maria Baixa (PSMVB), os Núcleos de Gestão Assistencial Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de S. J. dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia S. Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Monteiro de S. J. Campos (CRLMSJC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos em: S. Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do R. de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU), Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião. (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião V. Maria e V. Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de S. J. dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia S. Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria V. Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Monteiro de S. J. Campos (CRLMSJC), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Est. de S. Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do R. de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, esta Assembléia opinou favoravelmente à aprovação dos referidos documentos. S. Paulo, 25/04/2013. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente.



continua

continuação

Relatório dos Auditores Independentes. A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico Especializado Maria Zélia, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2012, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data...

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto...

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO NIRE 3530014346-9

ATA DA 91ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Realizada em 15 de março de 2013

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 15 de março de 2013, às 15.00 hs, na sede social do Banco Industrial e Comercial S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440 - 5º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação por estarem presentes os seguintes membros do Conselho de Administração: José Adauto Bezerra (Presidente), Francisco Humberto Bezerra, José Bezerra de Menezes e Daniel Joseph McQuoid (Conselheiro Independente)...

RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/MF nº 61.585.865/0001-51 - NIRE 35.300.035.844

Ata da Reunião do Conselho de Administração Data e Horário: Vinte e nove de abril de dois mil e treze, às 16:00 horas. Local: Sede social, nesta Capital, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 3.097. Presença: Totalidade dos Membros do Conselho de Administração, José Augusto de Azevedo Marques, Diretor Presidente; Antônio Rogério Prates Salvador, Diretor Presidente; Gustavo Hassum Ramos, Diretor Presidente; Marcelo de Azevedo Marques, Diretor Presidente; Antônio Rogério Prates Salvador, Diretor Presidente; Gustavo Hassum Ramos, Diretor Presidente; Marcelo de Azevedo Marques, Diretor Presidente...

Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S.A.

CNPJ 65.481.012/0001-20 - NIRE nº 35.300.340.281

Ata da Reunião do Conselho de Administração em 17/04/2013 1. Dia, Horário e Local: 17-04-2013, às 16:00h, na sede social da empresa, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.399, Parque Flamboyant, São José dos Campos - SP. 2. Presenças: Márcio Faria da Silva - Presidente do Conselho de Administração, Luiz Augusto de Teive e Argollo da Rocha - Conselheiro; Pedro Pereira de Sá - Conselheiro; Roberto de Souza Martins Neto - Conselheiro; Tenente-Brigadeiro-Do-Ar Antônio Gomes Leite Filho - Conselheiro, que se assinam no Livro de Presença. 3. Convênidos: Gustavo Hassum Ramos - Diretor Presidente; Antônio Rogério Prates Salvador - Diretor Presidente; Azhaury C. da Cunha Filho - Diretor; Carlos Alberto de Faria Carvalho - Diretor; Carolina Maria Uheid Noronha - Diretora; Wagner Campos do Amaral Silva - Diretor. 4. Ordem do Dia: 4.1. Matéria para Deliberação: PD nº 04/13 - Reeleição dos membros da Diretoria para o período 2013/2014. 5. Deliberação: 1) Matéria para Deliberação: Após debate a matéria constante da ordem do dia, objeto da Proposta de Deliberação ("PD" nº 04/13 - MECTRON), cuja cópia foi encaminhada previamente aos Conselheiros e ficará devidamente arquivada na sede da Companhia, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte deliberação: 1) PD nº 04/13 - MECTRON - Reeleição dos membros da Diretoria, com prazo de mandato terminando na data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2014: Gustavo Hassum Ramos - Diretor Presidente, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG. nº 19.178.394-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 170.317.688-02, residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; Antônio Rogério Prates Salvador - Diretor sem designação específica, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da Carteira de Identidade RG. nº 14.218.462-7-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 478.874.007-91, residente na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo; Azhaury C. da Cunha Filho - Diretor sem designação específica, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da Carteira de Identidade RG. nº 13.204.470-6-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 165.970.95-72, residente na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo; Carlos Alberto de Faria Carvalho - Diretor sem designação específica, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da Carteira de Identidade RG. nº M-2.355.519-SP/MF, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.2036.538-94, residente na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo; Carolina Maria Uheid Noronha - Diretora sem designação específica, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 26.724.836-2-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 255.104.438-39, residente na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e Wagner Campos do Amaral Silva - Diretor sem designação específica, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da Carteira de Identidade RG. nº 5.539.873-7-SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 345.565.086-49, residente na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, todos com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1399, Parque Flamboyant, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Em razão desta deliberação, a composição atual da Diretoria da Companhia passa a ser a seguinte: Diretor Gustavo Hassum Ramos Diretor Presidente Antônio Rogério Prates Salvador Diretor sem designação específica Azhaury C. da Cunha Filho Diretor sem designação específica Carlos Alberto de Faria Carvalho Diretor sem designação específica Carolina Maria Uheid Noronha Diretor sem designação específica Wagner Campos do Amaral Silva Diretor sem designação específica Todos os Diretores reeleitos tomarão posse por assinatura de Termo Lavado em livro próprio, em até 30 dias da reeleição, conforme artigo 149, Parágrafo 1º da Lei 6.404/76 e suas posteriores modificações. Os Diretores declararam suas penas da lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de assumir ou reassumir os cargos para os quais foram nomeados e de exercer as funções a eles relativas, não estando, assim, impedidos por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, do artigo 35, inciso II, da Lei nº 8.934/94 e do artigo 53, inciso IV, do Decreto nº 1.800/96. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São José dos Campos, 17 de abril de 2013. Mesa: Márcio Faria da Silva - Presidente; Arlete Maria das Graças - Secretária. Membros do Conselho: Márcio Faria da Silva - Presidente do Conselho de Administração; Luiz Augusto de Teive e Argollo da Rocha - Conselheiro; Pedro Pereira de Sá - Conselheiro; Roberto de Souza Martins Neto - Conselheiro; Antônio Gomes Leite Filho - Conselheiro. Certidão: Certifico que a presente Ata é cópia autêntica extraída do Livro de Atas do Conselho de Administração. São José dos Campos, 29 de abril de 2013. Arlete Maria das Graças - Secretária. Juceesp nº 175.558/13-9 em 10/05/13. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Hotel Majestic S/A

CNPJ/MF 43.121.946/0001-19 - NIRE/JUCEESP 35300033493

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 20 DE ABRIL DE 2013 Local e Hora: Sede Social, na Praça Dr. Vicente Rizzo, nº 160, em Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, às 10:30 horas do dia 20 de Abril de 2013. Presença: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro "Presença de Acionistas". Convocação: Dispensada Convocação Prévvia, conforme faculta o parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Composição da Mesa: Presidente: José Artur Bernardi; Secretário: Julio Cesar Bernardi. 1 - Deliberações Tomadas na Assembleia Geral Ordinária: 1 - Foram aprovados, por unanimidade, com as abstenções legais, o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2012, publicado no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo em 16/03/2013, página 31 e no Diário do Comércio em 16/03/2013, página 27. II - Foi aprovada a suspensão dos lucros do exercício de 2012, para converter em reservas legais e estatutárias. 2 - Deliberações Tomadas na Assembleia Geral Extraordinária: Não foi aprovada, por unanimidade, a proposta da Diretoria para aumento do Capital Social, que continua sendo de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), divididos em 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) ações nominativas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo Sr. Presidente da Mesa, pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada. Esta at a foi transcrita no livro próprio e confere com a original. Águas de Lindóia, 20 de abril de 2013. José Artur Bernardi - Presidente, Julio Cesar Bernardi - Secretário. Juceesp. Certifico o registro sob o nº 172.848/13-1 em 06/05/2013. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RAIZEN TARUMÁ S/A torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 5900777, válida até 21/11/2013, para FABRICAÇÃO DE AQUÍCAR, ALCOOL, CERA, CORDÃO DE ENRIQUEcimento ELÉTRICA, FAZENDA NOVA AMÉRICA, 00, ÁGUA D'ALDEIA, TARUMÁ.



USINA SANTA LUÍZA S/A torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 28003641, válida até 13/05/2016, para fabricação de Açúcar Cristal, na Fazenda Rodovia Financiera Matzoni, Km 13, Zona Rural, Motuca.